

Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



"Por que o governo saiu? Na minha tese, não teve esse negócio de pedalada, nada disso"

(Rose de Freitas, PMDB-ES, líder do governo interino no Senado)

Lewandowski propõe, Barroso opina



Privilégios da toga

► **O comum objetivo de dilatá-los semeia a discórdia no STF ao debater a proposta de uma nova Lei Orgânica da Magistratura**

Sopra um vento forte de desentendimento entre os 11 componentes do Supremo Tribunal Federal (STF). A origem da ventania surgiu da proposta de uma nova Lei Orgânica da Magistratura (Loman) apresentada, em recente reunião administrativa, pelo ministro-presidente Ricardo Lewandowski. A reunião foi tensa. O texto recebeu críticas duras.

Prevaleceu entre os pares o ditado popular: cada cabeça uma sentença. Só houve união em torno da condenação das regalias propostas no texto apresentado por Lewandowski.

Contra tais privilégios reagiu, por exemplo, o ministro Luís Roberto Barroso. Avesso ao "conjunto de penduricalhos" nos salários dos juízes previstos na proposta, ele explica: "Acho que os juízes devem ser bem pagos, mediante subsídios e de uma forma transparente".

Oficialmente, o salário de um "ilustre magistrado" não pode ultrapassar o teto constitucional, hoje em torno de 33 mil reais. Mas já, já, pode chegar a 39 mil reais, caso saia o aumento de salários aprovado há poucas semanas na Câmara dos Deputados e ratificada pelo Senado.

Afora o fixo, a remuneração legal é, porém,

turbinada pelos ditos penduricalhos. Uma fatura: venda de férias, bonificação por dar aulas, abono de permanência, licença, acúmulo de cargos e auxílio-moradia. E vai por aí.

Um leitor minucioso, conhecedor dos fungos do Supremo às entreli-

nhas embutidas na proposta da nova Loman, assegura: "O projeto deixa brechas para interpretação remuneratória pelos próprios interessados e concede benefícios que jamais serão atribuídos a outros trabalhadores".

Essa é a diferença entre os trabalhadores com toga e os sem toga.

Criar despesas grandiosas e definitivas em momento que exige austeridade, já apagada nos discursos toscos de Temer, significa estapear o cidadão. Aquele cidadão comum sem os privilégios oferecidos nas cortes.

O atento precursor dos objetivos das togas lembra que nada justifica a concessão de dois longos meses de férias com a faculdade de "negociá-las". Ora, se isso é possível, os tais 60 dias são desnecessários a partir de uma análise superficial.

Um dos pontos sensíveis do texto da nova Loman é o "rebaixamento" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Cheira a deboche e impunidade", fareja o supracitado precursor.

Ele explica que a Constituição prevê a inserção do CNJ em um patamar de importância, enquanto o projeto da nova Loman dá "posição geográfica ao Conselho abaixo dos demais órgãos do Poder Judiciário".

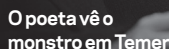
A intenção buscada seria a de transformar essa instituição em mera chancelaria dos acréscimos de remuneração e esquecimento de limites como o teto. Bem ao contrário da ideia histórica de punir com rigor certos magistrados falastrões e corruptos.

Todos são iguais perante a lei, mas a lei para a toga é mais clara. Assim como o Exército é mais igual entre as Forças Armadas. Poderia ser também esse o lema nos dois casos.

Parece uma análise genérica, mas o dia a dia do poder de olhos vendados indica uma situação calamitosa. Castas significam custos e o País só mergulha no atraso com atitudes assim.

A história não anda só para a frente. Nesse caso engatou a ré. •

CARLOS HUMBERTO/STF E TOMAZ SILVA/ABR



Armando Freitas Filho,
poeta iluminado, é uma fi-
gura mansa.

Sintonizado com a arte,
olha desconfiadamente pa-
ra supostos líderes políticos.

Na mesa inaugural da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), dia 29, ele explodiu a conhecida mansidão que o identifica.

“A minha poesia, eu a entendo como a que toca todas as coisas, inclusive as mais monstruosas. Que pode tocar, por exemplo, um Temer.”

Armando foi calorosamente aplaudido.

Michel Temer, embora já tenha se arriscado a comer alguns versos, não gosta da cultura.

A cultura repudia Temer.

A minoria na Comissão Especial do Impeachment (CEI) buscou ajuda no STF para superar o rolo compressor pró-*impeachment*.

Isso ocorreu, por exemplo, quando a minoria foi derrotada ao propor perícia em documentos do Tribunal de Contas da União.

Foram escolhidos três pe-
ritos do Legislativo.

Diego Prandino Alves, indicado para coordenador, foi vetado. No Facebook, derramava ódio a Dilma, a Lula e à esquerda em geral.

Perdeu a coordenação,
mas permaneceu na perícia.

Ele assinou, com os outros dois técnicos, o relatório final sem fazer avaliação política.

Calou-se, mas agora deu o troco: "O laudo não isenta Dilma".

Inspirado por certas benesses das “delações premiadas”, adaptadas aos trópicos pelo juiz Sergio Moro e concedidas aos réus da Operação Lava Jato, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos formulou o seguinte Manual do Bom Ladrão:

1. Nunca haja sozinho.
2. Separe parte do roubo a ser devolvida como sinal de boa-fé; a outra reserve para a fase 4.
3. Seja o primeiro a delatar os demais ladrões.
4. Vá aproveitar a parte 2 à beira de uma piscina, ou em um sítio, com tornozeleira eletrônica; depois de dois anos, faça

como o doleiro Alberto Youssef e comece tudo de novo.

O consórcio de Libra concluiu a perfuração e a avaliação do sétimo poço do bloco, localizado no pré-sal da Bacia de Santos. Com ele foi encontrada a maior coluna de óleo (net pay) já descoberta em Libra, com 410 metros de espessura.

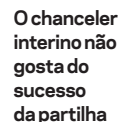
Localizado na parte noroeste do bloco e a 180 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, confirmou a descoberta de petróleo de boa qualidade (27º API) em reservatórios com excelente produtividade.

Até agora a exploração esbarrou em apenas um poço seco.

A área de Libra foi a primeira concessão sob o regime de partilha da produção.

O consórcio é formado por Petrobras (40%), Shell (20%), Total (20%), CNOOC e CNPC, com 10% cada um.

Ao que se sabe, apenas o ministro das Relações Exteriores do governo interino não está satisfeito com o sucesso da partilha.



Ora, pois!

Curiosa a adaptação feita por Gilmar Mendes, o mais engajado ministro do STF, a partir da frase do Marquês de Pombal (1699-1782), dita após o terremoto de 1755, que destruiu Lisboa:

“O Brasil terá de enterrar seus mortos e cuidar dos vivos”.

Mendes faz referência à devastação da Lava Jato no mundo político. Além dos mortos e dos vivos, o que o País pode reservar para os mais vivos?

Talvez uma vaga para disputar a Presidência em 2018.

CARTACAPITAL — 6 DE JULHO DE 2016 13